

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 02

permanecesse afastado para Pós-Graduação, por um período de até 4 (quatro) anos. De acordo com o Professor Sérgio, a PRPPG possui registro de caso de professores afastados para Mestrado (três) anos e mais, o que é da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. O Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão significativo que deve ser levado em consideração pela Universidade no momento de liberar um docente para Pós-Graduação, é a verificação do tempo que o professor disporá para dedicar à instituição antes de afastar-se quando de seu retorno do Pós-Graduação. Quanto a esse dado, continuou A T A Nº 08/92, os próprios órgãos de fomento à pesquisa e ao Pós-Graduação estão sendo bastante rigorosos e já há casos de indeferimento de

Aos vinte e duas dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, com início às oito horas e trinta minutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada pelo Professor Aldyr Garcia Schlee, Professor mais antigo na carreira do magistério dentre os membros do referido Conselho, foi presidida pelo Professor Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor da UFPel, seu Presidente, contando com a participação dos seguintes conselheiros: Professores Maria Isabel da Cunha, Pró-Reitora de Graduação e Assistência; Sérgio Roberto Martins, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; Céres Maria Torres Bonatto, Representante do Conselho Universitário; Paulo Domingos Miéres Caruso, Representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia; Tânia Maria Pereira Isolani, Representante da área de Ciências da Saúde e Biológicas; Maria de Lourdes Valente Reyes, Representante da área de Letras e Artes; e José Rubens Silveira Acevedo, Representante da área de Ciências Humanas. Não compareceram os conselheiros Eduardo Allgayer Osório, Representante da área de Ciências Agrárias; Eracy Lafuente Pereira e Lusiane Luz de Lima, Representantes discentes. Constatada a existência do quorum legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, passando, de imediato, ao exame da ordem do dia. Item 1. Apreciação da ata da sessão anterior. O Senhor Presidente justificou a não apresentação do documento em razão da proximidade entre as duas sessões, o que impossibilitou a Secretaria prontá-lo em tempo hábil. Item 2. Correspondência recebida. Nada havendo para relatar neste item, o Professor Schuch passou a palavra ao Professor Sérgio para o relato do Item 3. Processos relatados pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação. 03.1. do Processo nº 23110.000958/92-03 da PRPPG, propondo modificações nas Normas de Afastamentos de Docentes. Ao apresentar o trabalho que fora realizado atendendo a uma solicitação do próprio COCEPE, o Professor Sérgio disse que a justificativa dessa revisão prendia-se ao fato de que todas as normas em vigor possibilitavam que o docente

21

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 02

0043. permanecesse afastado para Pós-Graduação, por um período
0044. de até 4 (quatro) anos. De acordo com o Professor Sérgio,
0045. a PRPPG possui registro do caso de professores afastados
0046. para Mestrado por um período de até 3 (três) anos e meio,
0047. o que é considerado incompatível com a natureza do curso,
0048. justificando a sua revisão das normas. Outro dado
0049. significativo que deve ser levado em consideração pela
0050. Universidade no momento de liberar um docente para
0051. Pós-Graduação, é a verificação do tempo que o professor
0052. disponha para dedicar à Instituição antes de aposentar-se
0053. quando de seu retorno do Pós-Graduação. Quanto a esse
0054. dado - continuou o Professor Sérgio, os próprios órgãos
0055. de fomento à pesquisa e ao Pós-Graduação estão sendo
0056. bastante rigorosos e já há casos de indeferimento de
0057. pedidos de Bolsas de Mestrado para professores em que foi
0058. constatado que estão com adiantado tempo de serviço, com
0059. possibilidade de pequeno retorno quando de sua reassunção
0060. à IFE. Em seguida, o Professor Sérgio procedeu a leitura
0061. da proposta, a qual fora previamente encaminhada aos
0062. conselheiros e que consta do seguinte: "a) Suprimir o
0063. artigo 4º. b) Substituir o art. 7º, que passa a ter a
0064. seguinte redação: art. 7º - A duração do afastamento e
0065. prorrogação para realização de cursos de pós-graduação
0066. será até: I - Um ano para Pós-Doutorado com tempo máximo
0067. de prorrogação de seis meses. II - Três anos para
0068. Doutorado com tempo máximo de prorrogação de um ano. III
0069. - Dois anos para Mestrado com tempo máximo de prorrogação
0070. de um ano. IV - Um ano para Especialização e
0071. Aperfeiçoamento, sem haver prorrogação. § 1º - Somente
0072. será concedido o afastamento para aqueles docentes que
0073. comprovarem, através de documento específico, dispor de
0074. tempo no mínimo igual ao dobro do período de afastamento,
0075. para exercerem suas atividades após seu retorno (tempo de
0076. aposentadoria). § 2º - Permanece o mesmo § 1º do artigo
0077. 4º. § 3º - Permanece o mesmo § 2º do artigo 4º. c) Artigo
0078. 9º - § 2º - Na hipótese do § 1º, a soma dos dois períodos
0079. de afastamento não deverá ultrapassar o tempo total
0080. especificado no caput do Artigo 7º. d) artigo 10º -
0081. suprimir." Colocado o documento em discussão, várias
0082. intervenções foram feitas quanto a pertinência de serem
0083. revisadas as atuais normas e ratificada a preocupação com
0084. o retorno (tempo) que os professores afastados poderão
0085. dar à Instituição ao retornarem do Pós-Graduação, antes
0086. de aposentar-se. Também foi salientado o cuidado que a
0087. Universidade deve ter com os prazos de afastamento para
0088. Mestrado, considerados muito longos, inclusive na atual
0089. proposta. A respeito, a Professora Maria Isabel
0090. compartilhando da preocupação do Professor Sérgio propôs
0091. fosse o prazo de prorrogação para cursos de Mestrado
0092. reduzido para 6 (seis) meses, ao contrário da proposição
0093. original, intervindo, a seguir, a Professora Tânia disse
0094. que na área de Odontologia há um Mestrado sendo oferecido
0095. na UFPE e que, dificilmente, os alunos conseguem
0096. concluir os créditos e defender a dissertação em apenas
0097. dois anos e meio, dado o grau de exigência e dedicação
0098. exigidos pelo Curso. A discussão ainda prosseguiu por

21

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 03

mais tempo, com a participação de vários conselheiros e, ao final, como não houvesse consenso, o Senhor Presidente submeteu as seguintes propostas em votação. 1. Para Mestrados, o prazo de afastamento será de dois anos, com tempo máximo de prorrogação de um ano. 2. Para Mestrados, o prazo de afastamento será de dois anos, com tempo máximo de prorrogação de seis meses. Colocadas em votação, a proposta 1 obteve 5 (cinco) votos e a proposta 2, 2 (dois) votos. Foi, ainda, deliberado pela manutenção dos parágrafos 1º e 2º do art. 7º das normas originais (Portaria nº 636/83 sendo, por consequência, alterada a numeração dos parágrafos 1º, 2º e 3º da proposta que passam, respectivamente, a denominar-se parágrafos 3º, 4º e 5º. A redação do parágrafo 3º ficou assim definida: "A concessão do afastamento será condicionada à comprovação através de documento específico, de que o docente interessado poderá dispor, no mínimo, de tempo igual ao período de afastamento, e antes da aposentadoria, para exercer suas atividades na Universidade, após o retorno." Foi, ainda, recomendada a compilação de toda a normatização existente quanto a afastamentos em um único documento que dará origem à Resolução do COCEPE. Com relação à aposentadoria, foi esclarecido que para efeito de contagem do tempo a ser dedicado à Universidade, será considerada a aposentadoria em circunstância normal e que para os docentes atualmente afastados permanecem valendo as disposições anteriores. Ao solicitar o afastamento, o docente deverá assinar um documento na PRPPG registrando que ao retornar dos Pós-Graduação disporá do tempo mínimo fixado nas normas para dedicar à Universidade, antes de requerer a sua aposentadoria. As normas aprovadas na presente sessão serão aplicadas, em que couber, ao pessoal técnico e administrativo, conforme deliberação do COCEPE. 03.2. Processo nº 23110.000817/92-73 do Instituto de Física e Matemática, encaminhando projeto de criação do Curso de Pós-Graduação a nível de Especialização em Termodinâmica. Ao relatar o projeto, o Professor Sérgio disse tratar-se de um curso que será desenvolvido com base nos conhecimentos do Professor Caldeias, idealizador do Curso de, seguramente, a maior autoridade em Termodinâmica na região. Interveio, a seguir, a Professora Maria Isabel manifestando sua preocupação com a criação de novos cursos sem o necessário suporte em termos de força de trabalho docente, embora reconhecendo a importância da iniciativa. Ressaltou, especialmente, sua preocupação com o deslocamento de docentes para atuar em Pós-Graduação deixando possivelmente o descoberto o ensino de graduação, o que também foi reafirmado pelo Professor José Rubens. Continuando, interveio a Professora Maria de Lourdes ressaltando que o período de duração previsto para o curso é de 18 (dezoito) meses, o que contraria as normas recém aprovadas e impossibilita os professores da própria UFPEL de participarem do Curso, haja vista a restrição de prazo para afastamentos imposta nas normas. Sobre o assunto do interveio, ainda, a Professora Céres esclarecendo que, via de regra, os

ex

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 04

0155. Cursos de Especialização oferecidos pela Universidade têm
0156. por objetivo atender a clientela da região, em geral
0157. constituída por pessoas que trabalham e que dispõem de
0158. apenas 20 (vinte) horas para buscar a sua qualificação,
0159. daí a sua natureza peculiar e o período de duração
0160. estabelecido. A proposta do curso é específica e
0161. destina-se a uma clientela específica, não vinculada à
0162. UFPel. Contudo, esclareceu-se que algum docente da
0163. Universidade manifestar interesse em participar deste
0164. Curso poderá fazê-lo e acomodá-lo seu horário junto a seu
0165. Departamento/Unidade, embora não oficialmente. Outras
0166. intervenções aconteceram, destacando a importância do
0167. curso e, ao final, o COCEPE homologou o parecer favorável
0168. emitido por sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação,
0169. quanto a criação do Curso de Pós-Graduação, no nível de
0170. Especialização, em Termodinâmica. Foi também, deliberado
0171. que o novo curso deverá atender as disposições contidas
0172. na Resolução 14/83 do CFE e estar reconhecido pela CAPES,
0173. 03.3, Processo nº 23110.000664/92-64 da Faculdade de
0174. Nutrição, encaminhando o projeto de pesquisa intitulado
0175. "Informatização de Rotinas Dietéticas em Ambulatório",
0176. coordenado pela Professora Zilma da Costa Tambara. O
0177. COCEPE homologou o parecer favorável emitido por sua
0178. Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação quanto ao mérito do
0179. projeto, ficando a execução plena na dependência da
0180. obtenção de recursos. Processo nº 23110.000813/92-12 do
0181. Instituto de Letras e Artes, encaminhando o projeto de
0182. pesquisa intitulado "O Sentimento do Amor em Horácio",
0183. coordenado pela Professora Paula Branco de Araújo
0184. Brauner. Analisado o projeto, o COCEPE deliberou pelo seu
0185. retorno à interessada para melhor compatibilização dos
0186. objetivos do trabalho em relação à metodologia empregada
0187. uma vez que a metodologia é mais ampla que o objetivo
0188. proposto. No momento seguinte, o Professor Sérgio deu
0189. conhecimento ao COCEPE de telex recebido dando conta da
0190. liberação do auxílio de Cr\$ 63.000,00 (sessenta e
0191. três milhões de cruzeiros) para aplicação em projetos de
0192. pesquisa na Universidade. Item 4. Processos relatados
0193. pela Comissão de Extensão. 04.1. Ofício nº 070/92-PREC,
0194. encaminhando documentação relativa à proposta de adoção
0195. de uma política de extensão na UFPel, a qual é embasada
0196. nos seguintes documentos: Subsídios para uma Política de
0197. Extensão, 1989; A Extensão na UFPel, 1990; Plano de
0198. Trabalho, 1991-93; Proposta para a Concessão de Bolsas de
0199. Arte e Cultura, 1991; e Extensão e Cultura na UFPel,
0200. 1991. Foi relator o Professor Schlee. Fazendo uso da
0201. palavra, o Professor Schlee procedeu à leitura do ofício
0202. nº 070/92, que encaminhava a proposta apresentada pela
0203. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e, a seguir, de
0204. exposição de motivos que dá sustentação à documentação
0205. encaminhada, cujo teor consta do que segue: "POLÍTICA DE
0206. EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. A discussão
0207. sobre o significado e os objetivos da Extensão que se
0208. fazia e que se pretendia na UFPel foi aberta, em 1989,
0209. pela busca de informações em todos os Departamentos da
0210. Universidade, prosseguindo externamente através de

ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 05

1211. contatos com todas as outras instituições de ensino
1212. superior do país e com as prefeituras municipais da
1213. região, complementando-se com um Seminário sobre Extensão
1214. e consolidando-se numa proposta preliminar de Plano de
1215. Trabalho que foi posta em prática, depois de colocada
1216. em debate em cada órgão e departamento da Pró-Reitoria.
1217. Da prática e da discussão de Nosso Plano de Trabalho
1218. resultaram subsídios para uma política de Extensão da
1219. UFPel, consubstanciados em princípios, diretrizes, linhas
1220. de ação e estratégias que correspondem a um modelo
1221. extensionista aberto e de contínuo autoquestionamento,
1222. que se pretende construir. A idéia básica que resulta
1223. desse plano - pensado e em execução - pré-de que a
1224. Universidade não pode se outorgar o direito, ao propor
1225. ações extensionistas, de atrelar as manifestações
1226. culturais e artísticas à extensão universitária, enquanto
1227. atividade indissociável do ensino e da pesquisa. Assim,
1228. no respeito à cultura e às artes, e no reconhecimento de
1229. que a Universidade não pode ser indiferente às atividades
1230. puramente culturais e artísticas - tendo antes o dever e
1231. a necessidade de incentivá-las - nossa Universidade,
1232. seguindo os melhores exemplos, passou a separar numa só
1233. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, as atividades de
1234. TREINAMENTO E EXTENSÃO, necessariamente vinculadas ao
1235. ensino e à pesquisa, das atividades CULTURAIS E
1236. ARTÍSTICAS, cuja vinculação ao ensino e à pesquisa não
1237. possa ser exigida. AMPLA DISCUSSÃO. Desde 1989, a partir
1238. de um "Diagnóstico sobre Extensão Universitária"
1239. produzido anteriormente, tratou-se de estabelecer
1240. internamente uma ampla DISCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE
1241. EXTENSÃO DA UFPel, que se desenvolveu em duas frentes: 1ª
1242. A da busca de informações - para melhor conhecer a
1243. estrutura e funcionamento da própria Pró-Reitoria e seus
1244. órgãos; para saber como os Departamentos da Universidade
1245. viam a Extensão e dela participavam; para ter idéias de
1246. como se estruturava e se fazia a Extensão nas outras
1247. Universidades brasileiras. a) Foram realizadas, em média,
1248. duas reuniões semanais com todos os responsáveis pelos
1249. órgãos ou departamentos da Pró-Reitoria, apresentando
1250. cada um circunstanciado relatório sobre as condições em
1251. que encontrara seu setor, bem como suas opiniões,
1252. propostas ou projetos. b) Foram enviados 60 formulários
1253. aos Departamentos de cada Unidade, numa consulta
1254. intitulada "A Extensão vista pelos Departamentos", tendo
1255. retornado 52 deles. c) Foi enviada correspondência a 86
1256. Universidades e Faculdades isoladas, de todo o país,
1257. solicitando dados sobre o funcionamento de seus órgãos de
1258. Extensão, tendo havido 26 respostas. d) Foram
1259. contactadas, a respeito de sua expectativa quanto ao
1260. trabalho extensionista da UFPel, as Prefeituras
1261. Municipais da região; as associações de bairro; as
1262. entidades comunitárias e sindicais; além do DCE, da
1263. ASUFPEL e de setores da Reitoria. e) Foram realizadas
1264. palestras e um Seminário interno sobre Extensão. f) Foram
1265. sistematizadas, interpretadas e operacionalizadas as
1266. informações obtidas, através de discussão realizada

ex

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 06

267. separadamente em cada órgão ou departamento, com a presença
268. do Pró-Reitor, 2ª da tomada de decisões - para permitir
269. que as atividades de Extensão não sofressem solução de
270. continuidade; para gerar soluções criativas capazes de
271. superar a falta de recursos; para desde logo garantir uma
272. mais adequada distribuição de pessoal. PLANO DE TRABALHO.
273. O resultado da DISCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE EXTENSÃO DA
274. UFPEL, levada ao mesmo tempo na busca de informações e na
275. tomada de decisões, foi o estabelecimento de uma proposta
276. do Plano de Trabalho da Pró-Reitoria - que se pretendeu:
277. 1. Teoricamente adequado; 2. Politicamente exequível; 3.
278. Institucionalmente eficaz; 4. - Circunstancialmente
279. flexível. Esse Plano parte dos seguintes pressupostos da
280. respeito à Extensão Universitária: 1. Extensão
281. Universitária como compromisso social; 2. Extensão
282. Universitária como aproximação com o povo; 3. Extensão
283. Universitária como fator de mudança. O OBJETIVO GERAL do
284. Plano é ordenar o processo de transição para uma nova
285. Universidade, fundamentando-o numa política de Extensão
286. que oriente com objetividade as ações futuras e que se
287. substancie nos seguintes princípios fundamentais: 1.
288. Indissociabilidade entre Extensão, Ensino e Pesquisa; 2.
289. Respeito ao espírito científico e ao Pluralismo
290. ideológico à criação artística e do desenvolvimento
291. cultural; 3. Privilegiamento da competência, do mérito,
292. da criatividade; 4. Participação da comunidade acadêmica
293. na tomada de decisões; 5. Responsabilidade social da
294. Universidade; 6. Abertura para a "comunidade"; 7.
295. Pluralidade de objetivos específicos de idêntica
296. importância. Os OBJETIVOS ESPECÍFICOS, de idêntica
297. importância, são: 1. Formação profissional; 2. Geração de
298. novos conhecimentos; 3. Difusão cultural; 4. Ação
299. comunitária; 5. Prestação de serviços. METAS. No referido
300. Plano estão estabelecidas Diretrizes, Linhas de Ação e
301. Estratégias para o desenvolvimento de atividades
302. permanentes e temporárias - as quais foram listadas e
303. enumeradas como arcabouço de nossa Política de Extensão.
304. Do mesmo Plano fazem parte as Metas da Pró-Reitoria de
305. Extensão: A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da
306. Universidade Federal de Pelotas tem como meta prioritária
307. a efetiva INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A COMUNIDADE, a
308. ser alcançada: a) pela redefinição da ação extensionista
309. na área rural e suburbana; b) pelo incremento da
310. atividade de extensão na área urbana, atendendo às reais
311. necessidades da população; c) pela ampliação e
312. popularização das ações de caráter artístico e cultural;
313. d) pela descentralização da prestação de serviços de
314. assistência médica, odontológica, judiciária e técnica.
315. RECURSOS. Para se chegar a isso - utilizando recursos
316. financeiros escassos no atendimento de grandes problemas
317. - definiram-se programas de ação cuja viabilidade técnica
318. é compatível com a obtenção do máximo de benefício ao
319. menor custo. Os recursos humanos foram adequadamente
320. distribuídos quantitativa e qualitativamente para sua
321. operacionalização; e todos os recursos institucionais
322. indispensáveis foram previstos. PRIORIDADE. Quando a

ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 07

2323. Universidade se volta à comunidade, o papel da extensão é
2324. prioritário. E, nessas circunstâncias, a prioridade da
2325. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é atender a população,
2326. seja pela ação comunitária ou pela difusão cultural, seja
2327. pela capacitação profissional ou pela prestação de
2328. serviços. PRINCÍPIOS PARA UMA POLÍTICA DE EXTENSÃO, dize a)
2329. Indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa.
2330. b) Respeito ao espírito científico e ao pluralismo
2331. ideológico; à criação artística e ao desenvolvimento
2332. cultural. c) Pluralidade de objetivos específicos de
2333. idêntica importância: I - Formação profissional; II -
2334. Geração de novos conhecimentos; III - Difusão Cultural;
2335. IV - Ação Comunitária; V - Prestação de serviços. d)
2336. Responsabilidade social da Universidade. e) Abertura para
2337. a "comunidade". f) Privilegiamento da competência, do
2338. mérito, da criatividade. g) Participação da comunidade
2339. acadêmica na tomada de decisões. DIRETRIZES. Enquanto
2340. processo, a extensão se define na UFPel por linhas de
2341. ação limitadas no tempo e no espaço pelas seguintes
2342. diretrizes: - Contribuir para o atendimento das
2343. necessidades dos segmentos sociais da maioria da
2344. população, visando à melhoria do nível de vida e das
2345. condições sociais, intelectuais, sanitárias e de
2346. trabalho. - Priorizar atividades que correspondam à
2347. vocação regional da Universidade, voltadas, especialmente
2348. para a população da Região Sul do Estado, sem prejuízos
2349. de sua participação em outros níveis. - Desenvolver ações
2350. de resgate e difusão do patrimônio histórico, artístico e
2351. cultural. - Privilegiar projetos de proteção e
2352. preservação do meio ambiente. - Colaborar na consolidação
2353. da melhoria da qualidade do ensino e do aprimoramento da
2354. pesquisa na UFPel. - Considerar como temas relevantes o
2355. estudo da realidade da própria Universidade, bem como a
2356. revisão permanente do processo extensionista na UFPel.
2357. LINHAS DE AÇÃO. - Dar identidade institucional à extensão
2358. (abandonando a idéia de que se trata de atividade de
2359. menor relevância). - Revisar a organização normativa e
2360. administrativa (a fim de melhor subsidiar o trabalho
2361. extensionista nas unidades de ensino e respectivos
2362. departamentos). - Criar mecanismos para a superação da
2363. limitação de recursos (de modo a garantir financiamento e
2364. desenvolvimento dos projetos). - Estabelecer formas de
2365. relacionamento mais amplo para uma melhor articulação da
2366. Universidade com os segmentos sociais da maioria da
2367. população. PONTOS BÁSICOS. I - Aperfeiçoamento da relação
2368. curricular entre a extensão, o ensino e a pesquisa,
2369. privilegiando os estágios. II - Reestruturação normativa,
2370. administrativa Pró-Reitoria operacional, forma contemplando
2371. descentralização do processo decisório e redução dos
2372. mecanismos burocráticos. III - Fixação de orçamento
2373. específico para a extensão, utilização de formas
2374. alternativas de captação de recursos e de busca de
2375. integração interinstitucional mediante convênios. IV -
2376. Estabelecimento de Plano de Atividades de Extensão
2377. Semestral por Departamento e de Programas de Planejamento
2378. Integrado, priorizando atividades multiprofissionais." "A

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 07

0323. Universidade se volta à comunidade, o papel da extensão é
0324. prioritário. E, nessas circunstâncias, a prioridade da
0325. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é atender a população,
0326. seja pela ação comunitária ou pela difusão cultural, seja
0327. pela capacitação profissional ou pela prestação de
0328. serviços. PRINCÍPIOS PARA UMA POLÍTICA DE EXTENSÃO. a)
0329. Indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa.
0330. b) Respeito ao espírito científico e ao pluralismo
0331. ideológico; à criação artística e ao desenvolvimento
0332. cultural. c) Pluralidade de objetivos específicos de
0333. idêntica importância: I - Formação profissional; II -
0334. Geração de novos conhecimentos; III - Difusão Cultural;
0335. IV - Ação Comunitária; V - Prestação de serviços. d)
0336. Responsabilidade social da Universidade. e) Abertura para
0337. a "comunidade". f) Privilegiamento da competência, do
0338. mérito, da criatividade. g) Participação da comunidade
0339. acadêmica na tomada de decisões. DIRETRIZES. Enquanto
0340. processo, a extensão se define na UFPel por linhas de
0341. ação limitadas no tempo e no espaço pelas seguintes
0342. diretrizes: - Contribuir para o atendimento das
0343. necessidades dos segmentos sociais da maioria da
0344. população, visando à melhoria do nível de vida e das
0345. condições sociais, intelectuais, sanitárias e de
0346. trabalho. - Priorizar atividades que correspondam à
0347. vocação regional da Universidade, voltadas especialmente
0348. para a população da Região Sul do Estado, sem prejuízos
0349. de sua participação em outros níveis. - Desenvolver ações
0350. de resgate e difusão do patrimônio histórico, artístico e
0351. cultural. - Privilegiar projetos de proteção e
0352. preservação do meio ambiente. - Colaborar na consolidação
0353. da melhoria da qualidade do ensino e do aprimoramento da
0354. pesquisa na UFPel. - Considerar como temas relevantes o
0355. estudo da realidade da própria Universidade, bem como a
0356. revisão permanente do processo extensionista na UFPel.
0357. LINHAS DE AÇÃO. - Dar identidade institucional à extensão
0358. (abandonando a idéia de que se trata de atividade de
0359. menor relevância). - Revisar a organização normativa e
0360. administrativa a fim de melhor subsidiar o trabalho
0361. extensionista nas unidades de ensino e respectivos
0362. departamentos). - Criar mecanismos para a superação da
0363. limitação de recursos (de modo a garantir financiamento e
0364. desenvolvimento dos projetos). - Estabelecer formas de
0365. relacionamento mais amplo para uma melhor articulação da
0366. Universidade com os segmentos sociais da maioria da
0367. população. PONTOS BÁSICOS. - Aperfeiçoamento da relação
0368. curricular entre a extensão, o ensino e a pesquisa,
0369. privilegiando os estágios. - Reestruturação normativa,
0370. administrativa e operacional, contemplando
0371. descentralização do processo decisório e redução dos
0372. mecanismos burocráticos. - Fixação de orçamento
0373. específico para a extensão, utilização de formas
0374. alternativas de captação de recursos e de busca de
0375. integração interinstitucional mediante convênios. -
0376. Estabelecimento de Plano de Atividades de Extensão
0377. Semestral por Departamento e de Programas de Planejamento
0378. Integrado, priorizando atividades multiprofissionais." "A

ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 08

0379. EXTENSÃO E A CULTURA NA UFPEL EM 1991. Passando em
0380. revista as atividades extensionistas e as culturais
0381. desenvolvidas na UFPEL em 1991, bem como as inovações e
0382. as mudanças feitas no ano passado, a partir do que se
0383. avaliara criteriosamente e democraticamente desde 1989, e se
0384. propusera e planejara desde 1990, é possível dizer,
0385. agora: ENFIM, JÁ NÃO SE FAZ MAIS EXTENSÃO COMO
0386. ANTIGAMENTE. 1. Inovações & Mudanças. Em 1991 foi
0387. concretizada a mudança estrutural da Pró-Reitoria
0388. (aprovada pelo Conselho Universitário em novembro). Por
0389. essa mudança a Pró-Reitoria passou a ser DE EXTENSÃO E
0390. CULTURA e, nela, dois departamentos - o de Extensão e
0391. Treinamento (DEXT); e o de Arte e Cultura (DART) -
0392. passaram a coordenar respectivamente as atividades
0393. extensionistas e as atividades culturais, separadas
0394. finalmente, de modo que a Universidade pudesse responder
0395. simultânea e permanentemente aos seus compromissos
0396. sociais no plano educacional (através da extensão
0397. universitária, que é indissociável do ensino e da
0398. pesquisa) e no plano cultural (através do estímulo e
0399. promoção da arte e da cultura, não necessariamente
0400. vinculadas ao ensino e à pesquisa). Essas mudanças e
0401. inovações, que correspondem a uma proposta da
0402. Pró-Reitoria levada nacionalmente e apoiada pelo Fórum de
0403. Pró-Reitores das Universidades Brasileiras, atingiram não
0404. só a organização e o desenvolvimento das atividades, como
0405. puseram em discussão a sua própria natureza. E foram
0406. acompanhadas da efetiva devolução aos departamentos
0407. acadêmicos da iniciativa, propositura e execução das
0408. ações, antes centralizadas e predominantemente na
0409. Pró-Reitoria (como ainda revelemos os números referentes à
0410. 1991). Ligados à Pró-Reitoria permaneceram dois
0411. importantes órgãos de difusão cultural e apoio: a RÁDIO
0412. COSMOS e a EDITORA E GRÁFICA UNIVERSITÁRIA (incluindo
0413. Livraria). Todos os demais órgãos antes vinculados ao
0414. extinto Departamento de Atividades Artísticas e Culturais
0415. - como museus, coral, grupos artísticos e conjuntos
0416. musicais, deixaram de depender administrativamente da
0417. Pró-Reitoria e passam a integrar, agora, as respectivas
0418. unidades de origem. 2. Planos Semestrais e
0419. Coordenadorias. Concluiu-se em 1991 a experiência de
0420. planejamento com a utilização de Planos Semestrais, que
0421. foram elaborados por 22 departamentos acadêmicos de 9
0422. unidades, e admitidos juntamente com os tradicionais
0423. Projetos de Extensão. A utilização dos Planos Semestrais,
0424. depois de uma fase experimental que começou em 1990, será
0425. oficializada em 1992. Por outro lado, iniciou-se em 1991,
0426. enquanto a Pró-Reitoria se transformava, outra
0427. experiência: a de utilizar coordenadores de áreas para
0428. agilizar as atividades, para estimular seu
0429. desenvolvimento e facilitar a ação dos professores e
0430. integrar departamentos e unidades em torno de trabalhos
0431. comuns e afins. Com a colaboração de um professor,
0432. criou-se a Coordenadoria de Atividades Musicais. A idéia
0433. é multiplicar essas coordenadorias a partir de 1992,
0434. sempre aproveitando como Coordenador um professor já

ex

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 09

35. envolvido em ações extensionistas ou culturais da área
36. específica. 3. Números relativos a 1991. Aproximadamente
37. 400 professores (319 em 1990) de 54 departamentos (49 em
38. 1990) desenvolveram as atividades de extensão e cultura
39. em 1991, registradas na Pró-Reitoria em Projetos de
40. Extensão ou em Planos Semestrais ou incluídas nos Planos
41. de Trabalho dos departamentos acadêmicos. Total de
42. atividades em 1991: 1.399. Destas, 361 constam de
43. projetos ou planos (110 dos quais, novos) e 1.038
44. foram promovidas, apoiadas ou realizadas com o concurso
45. da Pró-Reitoria. As atividades especificamente
46. classificáveis como de extensão foram 1.028; as
47. artísticas e culturais, 371. Foram efetivadas 385
48. atividades de educação não-formal e informal (sendo 206
49. cursos e treinamentos), 356 atividades de educação
50. comunitária, 285 atividades de prestação de serviços,
51. além das 371 atividades artísticas e culturais. 4.
52. Abrangência. 139 ações ocorreram na área da própria
53. Universidade; 838 no município de Pelotas (sendo 388 nas
54. áreas suburbana e rural); 117 em outros municípios (12
55. deles da Zona Sul do Estado). A população abrangida pelas
56. atividades não pode ser precisamente determinada, mas os
57. números são muito expressivos. No Hospital Escola, por
58. exemplo, foram internados 8.116 pacientes durante o ano
59. passado; mas o número de atendimentos em seu Pronto
60. Socorro e nos Postos Periféricos elevou-se a 215.597. Na
61. Faculdade de Odontologia houve 18.653 atendimentos. No
62. Centro de Zoonoses, 13.692 atendimentos de escolares (em
63. 49 escolas) e 28.932 atendimentos de animais. No Hospital
64. Veterinário registraram-se 1.515 atendimentos. Na
65. Assistência Judiciária da Faculdade de Direito 1.800
66. pessoas foram atendidas e, nos Postos Periféricos, 1.296,
67. com a propositura de 69 novas ações. No Serviço de
68. Informação e Orientação do Consumidor (SIOCON), a média
69. mensal de atendimentos individuais foi de 640. 5. Difusão
70. Cultural. A Editora e Gráfica Universitária publicou 8
71. livros, atendeu 136 guias de serviço, editou 394.251
72. exemplares diversos e produziu 1.426.816 impressões. Sua
73. livraria, com postos em São Lourenço, Pedro Osório e
74. Jaguarão, vendeu 3.100 livros, sendo 400 editados pela
75. UFPel. A Rádio Cosmos lançou 6 programas novos e manteve
76. 26, com um total de 5.572 audições ao ano. O Museu de
77. Ciências Naturais Carlos Ritter recebeu o total de 13.332
78. visitantes durante o ano. O Museu de Arte Leopoldo
79. Gotuzzo recebeu 5.014 visitantes e ofereceu uma centena
80. de cursos e treinamentos, além de realizar 15 exposições.
81. A Coordenadoria de Atividades Musicais e o Coral
82. realizaram 32 recitais e concertos. 6. Os novos
83. Departamentos da Pró-Reitoria. O Departamento de Arte e
84. Cultura, ainda incluindo os museus (pois só foi
85. oficializado em novembro de 91), respondeu por 249 das
86. 371 atividades de arte e cultura desenvolvidas a partir
87. da Universidade no ano passado. O recém criado
88. Departamento de Extensão e Treinamento (resultante da
89. fusão do CETREISUL e do CRUTAG) desenvolveu 191
90. atividades durante o ano. Através do Programa de Agricul-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 10

2491. tura Alternativa, manteve uma unidade de demonstração no
2492. Centro Agro-Pecuário da Palma, para pequenos
2493. proprietários rurais, atendendo-os igualmente na zona
2494. rural dos municípios de Capão do Leão, Morro Redondo e
2495. Pelotas. 7. Outras realizações. Dentre outras realizações
2496. da Pró-Reitoria em 1991 citam-se: o Foro Permanente de
2497. Debates de Problemas regionais - UFPEL CHAMA; do qual se
2498. efetuaram 8 sessões, com um total de 20 debatedores e 320
2499. participantes; a multiplicação de Comissões de Integração
2500. Universidade-Comunidade em municípios da região; e a
2501. formação de Grupos Temáticos para o estudo e
2502. acompanhamento de assuntos de relevância para a
2503. Universidade e a Sociedade - tais como meio ambiente,
2504. assentamentos rurais, Mercosul e situação dos meninos e
2505. meninas de rua. Cursos de Férias, a ocuparem em todas as
2506. unidades acadêmicas no período de férias de inverno, foram
2507. programados mas não ocorreram, por causa da paralisação
2508. dos servidores. A idéia é retomar sua realização em 1992.
2509. "Concluída a leitura do documento, o Professor Schlee
2510. disse de sua satisfação em submeter o projeto à
2511. apreciação do COCEPE, uma vez que esta iniciativa da
2512. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel lidera uma
2513. proposta destinada a todo o país e que hoje já vem sendo
2514. estendida a várias outras Universidades. No bojo da
2515. proposta - salientou, há atividades que não se vinculam à
2516. pesquisa e ao ensino, mas que caracterizam-se como uma
2517. importante contribuição à cultura Arte e às Artes.
2518. Relativamente ao plano semestral para as atividades de
2519. extensão, arte e cultura, o Professor Schlee salientou
2520. que esta experiência foi iniciada em 1990 em 26
2521. Departamentos, à título experimental e que, a partir daí,
2522. foram aperfeiçoados alguns pontos e que esta metodologia
2523. e nomenclaturas estão sendo adotadas por doze
2524. Universidades que participaram do projeto. Nesse plano,
2525. estão as regras para a concessão de Bolsas de Extensão e
2526. de Cultura, cujos recursos, no entanto, são próprios de
2527. cada RFE. Disse o Professor, que nesse primeiro momento
2528. somente serão concedidas Bolsas de Extensão, devido à
2529. insuficiência de recursos. Em seguida, foi colocado em
2530. discussão a proposta de Resolução que define a política
2531. de extensão e cultura e se dispõe sobre as atividades
2532. extensionistas e culturais da UFPel (doc. 1). A respeito,
2533. o Senhor relator explicou que o art. 1º visa a dar uma
2534. identidade própria às atividades de extensão, as quais
2535. vinculam-se ao ensino e ao ensino, mas não devem
2536. confundir-se com estes. O Professor explicou, ainda, que
2537. de acordo com o critério adotado, são entendidas como
2538. atividades "não formais" os cursos específicos não
2539. curriculares; os "informais" são palestras, simpósios,
2540. reuniões, etc... e "formais" são os cursos de graduação,
2541. pós-graduação e de nível médio oferecidos regularmente
2542. pela Universidade. Após análise e discussão do documento
2543. como um todo, foram solicitados destaques para os artigos
2544. 1º, 2º, 5º, 9º, 11, 15 e seu parágrafo 2º, art. 16 e 18,
2545. os quais ao final de um amplo e rico debate passaram a
2546. constar com a seguinte redação: "Art. 1º - Para os efei-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 11

47. tos desta Resolução, Extensão Universitária é o
48. procedimento educacional, necessariamente articulado com
49. o Ensino e/ou a Pesquisa que, sem se confundir com um ou
50. outro, desenvolve-se curricularmente ou não em processo
51. pedagógico caracterizado por atividades acadêmicas de
52. educação não-formal e informal, de promoção comunitária e
53. de prestação de serviços." "Art. 2º - A Extensão
54. Universitária desenvolve-se na Universidade Federal de
55. Pelotas, intrinsecamente vinculada aos currículos dos
56. cursos regulares e através das seguintes espécies de
57. atividades acadêmicas e respectivas modalidades: I - De
58. educação não-formal e informal: I - curso extra-curricular;
59. ciclo de estudos; treinamento; estágio; reunião técnica
60. ou de estudo; palestra; conferência; seminário;
61. mesa-redonda; encontro; congresso; jornada; simpósio;
62. jogo; torneio ou campeonato; competição; e demonstração.
63. II - De prestação de serviços: atendimento hospitalar,
64. ambulatorial e/ou laboratorial à saúde humana ou animal;
65. atendimento judiciário; atendimento técnico-científico;
66. aconselhamento ou orientação; produção, cessão e/ou
67. empréstimo de bens. III - De promoção comunitária:
68. campanha; movimento; promoção; festa; comemoração;
69. celebração; recreação; acompanhamento de grupos
70. emergentes ou institucionais." "Art. 5º - As atividades
71. extensionistas serão executadas a partir dos
72. departamentos acadêmicos nos quais se faça o ensino e/ou
73. a pesquisa a que estejam vinculadas." "Art. 9º - A cada
74. semestre letivo, os Departamentos Acadêmicos farão um
75. Plano Semestral de Extensão no qual serão enumeradas as
76. propostas e/ou projetos específicos de atividades
77. extensionistas previstas ou em andamento, bem como a
78. carga horária destinada por seus servidores tanto para
79. essas atividades como, para atividades artísticas e
80. culturais." "Art. 11º - As propostas de atividades
81. artísticas e culturais não dependerão de aprovação em
82. qualquer instância universitária, sendo registradas na
83. Pró-Reitoria, de acordo com esta Regulamentação, desde
84. que sejam satisfeitos os aspectos formais quanto ao
85. preenchimento do formulário respectivo, com a indicação
86. da espécie e modalidade de atividade, dos prazos de
87. execução, do número de pessoas a serem atendidas, da área
88. geográfica abrangida e do número discriminado de
89. participantes e da forma de coordenação prevista." "Art.
90. 15 - Ao corpo discente da UFPel será garantida prioridade
91. na participação nas atividades de extensão e cultura da
92. Universidade." "Art. 2º - O estímulo à participação discente
93. em extensão e cultura também se fará com a progressiva
94. integralização dos currículos plenos dos cursos de
95. graduação, incluindo créditos obtidos em atividades
96. extensionistas e culturais." "Art. 16 - A Pró-Reitoria de
97. Extensão e Cultura proporá ao COCEPE os programas de
98. execução da política de extensão e cultura da UFPel, aos
99. quais deverão se adequar todos os planos e projetos
100. extensionistas e culturais da Universidade, inclusive as
101. Propostas de Atividades." "Art. 18 - A presente Resolução
102. entra em vigor a partir de sua publicação, ficando revo-

ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 12

1603. gada toda a regulamentação anterior referente a extensão
1604. e cultura, e em demais disposições em contrário."
1605. Prosseguindo sua explanação, o Senhor Pró-Reitor passou a
1606. proceder a um relato explicativo dos formulários que
1607. acompanhavam a proposta, a qual colocada em votação, veio
1608. a ser aprovada por unanimidade. Interveio, a seguir, o
1609. Senhor Presidente propondo a interrupção da sessão, face
1610. o adiantado da hora, a qual teria continuidade na parte
1611. da tarde, no horário das quatorze horas e trinta minutos.
1612. A proposta foi acatada pelos presentes. No horário
1613. estabelecido, no Gabinete da Vice-Reitoria, sob a
1614. Presidência do Professor Luiz Henrique Schuch,
1615. Vice-Reitor da Universidade Federal de Pelotas, foi dado
1616. o desdobramento da reunião do Conselho Coordenador do
1617. Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE iniciada na
1618. mesma data da qual, nesse segundo momento, contou com a
1619. participação dos seguintes conselheiros: Professores Luís
1620. Antonio Veríssimo Corrêa, em substituição à Pró-Reitora
1621. de Graduação e Assistência; Jorge Umberto Béria, em
1622. substituição ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
1623. Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão e Cultura;
1624. Céres Maria Torres Bonatto, Representante do Conselho
1625. Universitário; Paulo de Domingos Miéres Caruso,
1626. Representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia;
1627. Tânia Maria Pereira Isolani, Representante da área de
1628. Ciências da Saúde e Biológicas e mais o Professor José
1629. Rubens Silveira Acevedo, Representante da área de
1630. Ciências Humanas. Não compareceram os conselheiros
1631. Eduardo Allgayer Osório, Representante da área de
1632. Ciências Agrárias; Eracy Lafuente Pereira e Lusiane Luz
1633. de Lima, Representantes discentes e a Professora Maria de
1634. Lourdes Valente Reyes, Representante da área de Letras e
1635. Artes, a última por motivo justificado. Constatada a
1636. existência de quorum legal, o Senhor Presidente deu por
1637. reiniciada a sessão passando a palavra, de imediato, ao
1638. Professor Schlee para que prosseguisse o relato do
1639. projeto encaminhado pela Pró-Reitoria de Extensão e
1640. Cultura. Fazendo uso da palavra, o Professor Schlee
1641. passou a proceder ao detalhamento do documento intitulado
1642. Programas Básicos (doc. 2), o qual vincula-se às espécies
1643. e modalidades de atividades extensionistas a serem
1644. desenvolvidas pela Universidade e respectivos objetivos.
1645. Durante a análise do documento, várias colocações foram
1646. feitas visando contribuir para a melhoria da qualidade do
1647. trabalho, sendo sugeridas as seguintes alterações no
1648. texto original: 2.2. Este subitem passa a denominar-se
1649. "Subprograma de Atuação... Assentamento de Colonos." 4.4.
1650. Este subitem passa a denominar-se "Subprograma de
1651. Respeito, Preservação e Enriquecimento do Patrimônio
1652. Cultural". 4.5. A redação dos objetivos desse subprograma
1653. passa a constar com o seguinte teor: "Manter e resguardar
1654. os acervos artísticos e técnico-científicos, ampliando-os
1655. e difundindo-os, buscando a integração da Universidade
1656. com a comunidade e a interação com o ensino e a
1657. pesquisa." 7. O programa passa a intitular-se "Programa
1658. de Participação no Projeto Pedagógico." Com relação aos

28

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 13

0659. Programas 13 e 14 foi destacado que serão implantados com
0660. o auxílio e a participação efetiva do Departamento de
0661. Assistência à Comunidade Universitária e da Divisão de
0662. Desenvolvimento de Pessoal. Colocadas as propostas em
0663. votação e, a seguir, o documento como um todo, ambos
0664. foram aprovados por unanimidade passando a constituir
0665. anexo à Resolução. Prosseguindo sua explanação, o
0666. Professor Schlee passou a proceder o relato da proposta
0667. de Regimento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (doc.
0668. 3) salientando que o novo documento atende a estrutura
0669. recentemente aprovada pelo Conselho Universitário.
0670. Destacou o professor que essa institucionalização das
0671. atividades de extensão na UFPE já estava consagrada,
0672. achando-se perfeitamente normatizada desde administrações
0673. anteriores, com especial ênfase para o trabalho
0674. desenvolvido na última administração. Havia normas
0675. aprovadas para cada órgão, constituindo-se em material de
0676. maior importância. Com a redefinição da estrutura da PREC
0677. todos esses órgãos foram devolvidos às Unidades de origem
0678. devendo seus Regimentos serem revisados para adequação às
0679. Unidades a que se encontram vinculados. Com relação ao
0680. Regimento, o Professor esclareceu que por uma questão
0681. prática e visando facilitar a realização do trabalho, foi
0682. entendido "competência" quando relacionada a órgãos de
0683. "atribuição" quando relacionado a pessoas. Colocada em
0684. discussão e, após, em votação, a proposta de Regimento
0685. Interno da PREC foi aprovada por unanimidade. Continuando
0686. o exame do material, o Professor Schlee passou a
0687. discorrer sobre as propostas da Resolução visando a
0688. Regulamentação de Bolsas de Extensão e de Arte e Cultura
0689. na UFPE (doc. 24). Salientou o professor, que poderão
0690. concorrer a tais Bolsas alguns matriculados na UFPE que
0691. tenham atuado, pelo menos um ano, em atividades de
0692. extensão de arte e cultura e que apresentem tempo
0693. disponível para desenvolver tais atividades. Várias
0694. considerações foram levantadas quanto a questão do tempo
0695. para o desempenho das atividades, uma vez que este é
0696. muito relativo tendo em vista as peculiaridades de cada
0697. área. Foi, igualmente, questionado a composição da
0698. Comissão que irá proceder à concessão das Bolsas, formada
0699. unicamente por técnicos e professores que estão atuando
0700. na PREC, sem a participação de professores da área. Ao
0701. final, o documento foi submetido à votação, vindo a ser
0702. aprovado por unanimidade, incluindo os anexos que o
0703. integravam. Por último, foi colocado em discussão, a
0704. proposta de Resolução (doc. 15) que visa a modificação dos
0705. artigos 7º (item IV) e art. 8º (item IV) dos Critérios de
0706. Avaliação de Desempenho para Fins de Progressão Funcional
0707. dentro da mesma classe; e o art. 4º (item IV) das Normas
0708. de Avaliação de Desempenho Acadêmico para fins de
0709. progressão de uma para outra classe do magistério, exceto
0710. a de Professor Titular. Constatado que o documento ainda
0711. não havia sido apreciado pela CPPD, foi deliberado pelo
0712. seu encaminhamento àquela Comissão para prévia análise e
0713. posterior o retorno à COCEPE, por Processo nº
0714. 23110.003414/91-22 da Faculdade de Enfermagem e

28

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 14

0715. Obstetrícia, encaminhando projeto intitulado "Atuação do
0716. enfermeiro junto aos pacientes com afecções ortopédicas e
0717. traumatológicas na Santa Casa de Pelotas", coordenado
0718. pela Professora Celmira Lange (retorno). Ao relatar o
0719. Processo, o Professor Schlee disse que em contato mantido
0720. com a coordenadora do projeto pôde verificar que o
0721. trabalho realmente caracteriza atividade de extensão, o
0722. que justifica o parecer favorável da Comissão de
0723. Extensão. O COCEPE homologou o parecer emitido por sua
0724. Comissão de Extensão, favorável à execução do projeto.
0725. *Item 5. Processos relatados pela Comissão de Graduação,*
0726. tendo como relator o Professor Veríssimo. Processo nº
0727. 23110.000947/92-89 de Flávia Bueno Peres, solicitando
0728. transferência do Curso de Biologia da UCPel para o Curso
0729. de Nutrição da UFPel. Analisado o Processo, o COCEPE
0730. homologou o parecer emitido por sua Comissão de Graduação
0731. que manifestou-se pelo indeferimento da solicitação.
0732. Processo nº 23110.000629/92-63 da Faculdade de Educação,
0733. propondo a alteração da nomenclatura da disciplina
0734. Sociologia da Educação I. De acordo com a proposta,
0735. disse o Professor Veríssimo, a disciplina Sociologia da
0736. Educação I passará a denominar-se Sociologia Geral:
0737. Introdução à Sociologia da Educação, permanecendo o mesmo
0738. número de créditos e carga horária; a disciplina de
0739. Sociologia da Educação II passará a denominar-se
0740. Sociologia da Educação, mantendo o mesmo nº de créditos.
0741. O COCEPE homologou o parecer favorável emitido por sua
0742. Comissão de Graduação quanto ao atendimento da
0743. solicitação. *Item 6. Processos relatados pela Comissão de*
0744. *Concursos,* relatados pela Professora Céres. Processo nº
0745. 23110.001133/92-43 do Instituto de Biologia, solicitando
0746. abertura de concurso público para a classe de Professor
0747. Assistente - área de Microbiologia, em vaga decorrente da
0748. aposentadoria do Professor Francisco Carlos Faria. O
0749. COCEPE homologou o parecer emitido por sua Comissão de
0750. Concursos, favorável à alocação da vaga na área indicada
0751. pela Unidade. Processo nº 23110.000757/92-43 do Instituto
0752. de Biologia, encaminhando dados para o concurso na área
0753. de Anatomia Humana. Analisado o Processo, o COCEPE
0754. homologou o parecer favorável emitido por sua Comissão de
0755. Concursos quanto aos dados para abertura do Edital
0756. recomendando, no entanto, o retorno do Processo à Unidade
0757. para definição da titulação exigida para inscrição no
0758. Concurso. Processo nº 23110.001137/92-02 da Faculdade de
0759. Agronomia, solicitando abertura de concurso público na
0760. área de Extensão Rural, par Polítca Agrária e
0761. Desenvolvimento Rural, em vaga decorrente da
0762. aposentadoria da Professora Luísa Helena F. Falkenberg. O
0763. COCEPE homologou o parecer favorável emitido por sua
0764. Comissão de Concursos relativamente à alocação da vaga e
0765. aos dados indicados para abertura de Edital. Processo nº
0766. 23110.002733/91-75 (cópia) do Conservatório de Música,
0767. indicando a Banca Examinadora, data, hora e local de
0768. realização do concurso para a área de Violão. O COCEPE
0769. homologou o parecer favorável emitido por sua Comissão de
0770. Concursos quanto à composição da Banca Examinadora,

ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 15

0771. proposta pela Unidade em caráter excepcional, data, hora
0772. e local de realização do concurso. Continuando, foram
0773. examinados os seguintes Processos não constantes da
0774. pauta: Processo nº 23110.002385/91-91 da Faculdade de
0775. Medicina, encaminhando o resultado final do concurso para
0776. a área de Radiologia. O COCEPE homologou o parecer
0777. favorável emitido por sua Comissão de Concursos quanto ao
0778. resultado final do concurso, no qual foram habilitados os
0779. candidatos Vitor Hugo Pereira Coelho (1º lugar) e Paulo
0780. Fernando Perez Lisboa (2º lugar). Processo nº
0781. 23110.002264/91-76 da Faculdade de Medicina, encaminhando
0782. o resultado final do concurso para a área de Ginecologia
0783. e Obstetrícia. O COCEPE homologou o parecer de sua
0784. Comissão de Concursos, favorável ao resultado final do
0785. concurso no qual foram habilitados os candidatos José
0786. Augusto Assumpção Crespo Ribeiro (1º lugar); Sérgio
0787. Tessaro (2º lugar); Maria Cristina Yunes Abraão (3º
0788. lugar); Afranio Alberto Tavares Krüger (4º lugar) e
0789. Josayres Armindo Buss Ceconib (5º lugar). Processo nº
0790. 23110.003670/91-92 da Faculdade de Odontologia,
0791. encaminhando o resultado final do concurso para a área de
0792. Odontopediatria. Analisado o Processo, o COCEPE homologou
0793. o parecer favorável de sua Comissão de Concursos quanto
0794. ao resultado final do concurso que considerou habilitados
0795. os candidatos Dione Dias Torriane (1º lugar) e Lucivete
0796. Maria Agostini (2º lugar). Processo nº 23110.001165/92-30
0797. do Instituto de Letras e Artes, solicitando abertura de
0798. concurso público na classe de Professor Assistente - área
0799. de Língua Portuguesa e Latim, em vaga decorrente da
0800. aposentadoria da Professora Flora Osório Brauner. O
0801. COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Concursos
0802. favorável à alocação da vaga conforme indicação da
0803. Unidade, de acordo com a atual política de distribuição de
0804. vagas adotada por esse Conselho. Processo nº
0805. 23110.000509/92-10 da Faculdade de Direito, encaminhando
0806. relação de candidatos inscritos para o concurso na área
0807. de Direito Civil. Analisado o Processo, o COCEPE
0808. homologou o parecer de sua Comissão de Concursos, quanto
0809. à relação de candidatos inscritos por estarem de acordo
0810. com as exigências constantes do Edital. Processo nº
0811. 23110.000431/92-16 da Faculdade de Direito, encaminhando
0812. relação de candidatos inscritos para o concurso na área
0813. de Teoria Geral do Direito. O COCEPE homologou o parecer
0814. de sua Comissão de Concursos, favorável à relação de
0815. candidatos inscritos por preencherem as exigências do
0816. Edital. Item 8. Processos para serem referendados,
0817. relatados pelo Senhor Presidente. Processo nº
0818. 23110.000392/92-66 da Faculdade de Agronomia,
0819. encaminhando relação de candidatos inscritos e indicando
0820. a Banca Examinadora, data, hora e local de realização do
0821. concurso na área de Topografia, Aerofotogrametria e
0822. Fotointerpretação. Ao relatar o Processo, o Senhor
0823. Presidente explicou ter homologado o Processo em razão da
0824. proximidade da data do concurso e da necessidade de tempo
0825. hábil para proceder à comunicação aos candidatos. O
0826. COCEPE referendou a aprovação "ad-referendum" quanto à

dx

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 16

1827. relação de candidatos inscritos, composição da Banca
1828. Examinadora, data e local de realização do concurso.
1829. Concluída a apreciação desse item, novamente fez uso da
1830. palavra o Senhor Presidente dando conhecimento aos
1831. presentes que no dia anterior participara de uma reunião
1832. com a Comissão de Concursos, das dependências da
1833. Faculdade de Educação, oportunidade em que foi analisado
1834. e discutido todo o material (leis, normas, informações
1835. recebidas de outras IFES) relativamente ao Concurso para
1836. a classe de Professor Titular. Propôs, a seguir, a
1837. retomada desse assunto para discussão e deliberação pelo
1838. COCEPE com vista ao encaminhamento dos dados ao
1839. Departamento de Pessoal para abertura de Edital. Com
1840. relação a documentação analisada, o Senhor Presidente
1841. salientou que não há um critério geral. Algumas
1842. Instituições exigem defesa de tese inédita; outras, de
1843. memorial de suas atividades na carreira de magistério. No
1844. que concerne à Universidade, a Resolução 05/85 do
1845. Conselho Universitário desobriga os portadores da
1846. titulação de Doutor ou Livre Docente da defesa de tese
1847. nos concursos para a classe de Professor Titular, e essa
1848. prática ocorreu nos concursos realizados nos últimos dez
1849. anos - destacou. Seria, portanto, uma questão de justiça,
1850. de equidade a manutenção dessa posição. Se, por outro
1851. lado, o COCEPE deliberar pela exigência de defesa de tese
1852. inédita, haverá o risco de se ter trabalhos de baixa
1853. qualidade, face a exigüidade de tempo para prepará-los.
1854. Várias colocações sucederam-se justificando a adoção
1855. desta ou daquela posição e, após longo e exaustivo
1856. debate, como não houvesse unanimidade de opiniões, o
1857. Senhor Presidente submeteu à votação as seguintes
1858. alternativas: 1. Os concursos para a classe de Professor
1859. Titular exigirão defesa de tese para todos os candidatos?
1860. 2. Os concursos para a classe de Professor Titular
1861. exigirão defesa de tese somente para candidatos não
1862. portadores da titulação de Doutor ou Livre Docente?
1863. Procedida a votação, verificou-se 1 (um) voto para a
1864. proposta 1 e 5 (cinco) votos para a proposta 2. Houve uma
1865. abstenção. A seguir a discussão prosseguiu com vista à
1866. deliberação sobre os outros itens do Edital e o Senhor
1867. Presidente propôs, a exemplo do que ocorre em outras
1868. Universidades, a inclusão de um dispositivo
1869. estabelecendo, para fins de inscrição no concurso, a
1870. comprovação de experiência mínima de 10 (dez) anos no
1871. magistério superior. Em seguida, a proposta foi submetida
1872. à votação, quanto ao seu mérito. Verificou-se 5 (cinco)
1873. votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. Foi deliberado pelo
1874. encaminhamento de consulta à Procuradoria Jurídica quanto
1875. ao amparo legal da inclusão dessa exigência. Ao final de
1876. todas as discussões o COCEPE, levando em consideração as
1877. Normas da UFPEL, a Resolução 05/85 do Conselho
1878. Universitário, a prática utilizada em inúmeros concursos
1879. realizados nos últimos anos, bem como o resultado de
1880. consulta dirigida à várias universidades, deliberou o que
1881. segue com relação ao concurso para a classe de Professor
1882. Titular: a) Será exigido defesa de tese original para

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 17

1983. todos os candidatos em um determinado concurso (área)
1984. quando o Conselho Departamental da Unidade assim o
1985. definir; b) Os candidatos portadores da titulação de
1986. Doutor ou Livre Docente, inscritos em um determinado
1987. concurso (área) poderão ficar isentos da defesa de tese
1988. quando o respectivo Conselho Departamental assim o
1989. definir; c) Poderão inscrever-se: Professores Adjuntos em
1990. atividade na UFPel; Professores Titulares ou Adjuntos em
1991. atividade em outra IES pública; Doutores (se o título
1992. houver sido obtido no exterior, deverá estar revalidado);
1993. Livres Docentes, bem como pessoas de Notório Saber,
1994. reconhecido pelos Conselhos Superiores da UFPel; d)
1995. Comprovação do exercício de, no mínimo, 10 (dez) anos de
1996. magistério superior. A inclusão desse item dependerá de
1997. resposta da Procuradoria Jurídica acerca de consulta que
1998. lhe foi dirigida quanto a propriedade legal da inclusão
1999. dessa exigência. e) A aceitação da inscrição dependerá de
2000. parecer do Departamento respectivo acerca da pertinência
2001. da titulação do candidato em relação a área de
2002. conhecimento para o qual se realiza o concurso. Através
2003. dos procedimentos previstos nos artigos 274 do Regimento
2004. Geral, deverá ser garantida a publicidade das decisões
2005. pela fixação imediata em quadro mural e o prazo máximo
2006. para recurso será de 5 (cinco) dias. f) O prazo de
2007. validade do concurso deverá ser relativamente exíguo -
2008. aproximadamente 3 (três) meses, renovável por uma única
2009. única vez por igual período, a critério da Reitoria.
2010. Deverá ser incluído dispositivo esclarecendo que a
2011. eficácia do concurso se esgota com o atendimento do
2012. objeto. Concluída a discussão e deliberação sobre essa
2013. matéria, o Senhor Presidente propôs, face o adiantado da
2014. hora, fosse a sessão interrompida tendo prosseguimento na
2015. próxima segunda-feira, dia 25 de maio de 1992, no horário
2016. das quatorze horas e trinta minutos, no mesmo local
2017. quando seria dado sequência ao exame da pauta. A proposta
2018. foi acatada pelo plenário. Aos vinte e cinco dias do mês
2019. de maio do ano de mil, novecentos e noventa e dois, no
2020. Gabinete da Vice-Reitoria, no horário das quatorze horas
2021. e trinta minutos, ocorreu o segundo desdobramento da
2022. reunião do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e
2023. da Extensão - COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas
2024. iniciada no dia vinte e um do mesmo mês, a qual,
2025. previamente convocada e presidida pelo Professor Luiz
2026. Henrique Schuch, Vice-Reitor da UFPel, seu Presidente,
2027. contou com a participação dos seguintes conselheiros:
2028. Professores Luís Antônio Veríssimo Corrêa, em
2029. substituição à Pró-Reitora de Graduação e Assistência;
2030. Aldyr Gancia Schlee, Pró-Reitor de Extensão e Cultura;
2031. Céres Maria Torres Bonatto, Representante do Conselho
2032. Universitário; Eduardo Allgayer Osório, Representante da
2033. área de Ciências Agrárias; Paulo Domingos Miéres Caruso,
2034. Representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia;
2035. Elodir dos Santos, suplente da Representante da área de
2036. Ciências da Saúde e Biológicas; e José Rubens Silveira
2037. Acevedo, Representante da área de Ciências Humanas. Não
2038. compareceram os conselheiros Sérgio Roberto Martins,

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 19

0035. 31.12.1990 verificou-se a ocorrência de vagas na UFPel e
0036. havia dúvida quanto a possibilidade de preenchê-las haja
0037. vista a revigência da par LDOs que restringia o seu
0038. preenchimento a 50% e, ao mesmo tempo, tinha-se o recente
0039. RJU que reconhecia todos os cargos ocupados na data de
0040. sua publicação como existentes. Permanecendo o impasse,
0041. foi dirigida consulta à Procuradoria Jurídica e, de posse
0042. de um parecer jurídico favorável, foi possível
0043. proceder-se à ocupação dessas vagas, distribuídas no ano
0044. de 1991 entre várias Unidades. Procedido levantamento da
0045. situação de vagas docentes na UFPel já há algum tempo,
0046. foi constatada a existência de uma única vaga ainda não
0047. alocada. Essa constatação levou o COCEPE, em reuniões
0048. anteriores, a analisar o dossiê encaminhado por várias
0049. Unidades apontando as suas necessidades em termos de
0050. força de trabalho docente. Como resultado dessa análise
0051. continuou o Senhor Presidente, chegou-se à conclusão de
0052. que as reivindicações existentes não superavam a demanda
0053. dos novos cursos, a saber: História e Geografia, no
0054. Instituto de Ciências Humanas; Letras, no Instituto de
0055. Letras e Artes; Ciências Sociais, no Instituto de
0056. Sociologia e Política; Física e Matemática, no Instituto
0057. de Física e Matemática. Após alguma discussão no COCEPE
0058. chegou-se à conclusão de que este Conselho não tinha
0059. condições de deliberar pela distribuição da vaga sem o
0060. prévio estudo das necessidades de cada Curso, através de
0061. uma Comissão Especial. Para tanto, foi indicada a
0062. constituição de Comissão composta pelos Professores Céres
0063. Bonatto, Luísa Antonio V. Corrêa e acadêmico Eracy
0064. Lafuente Pereira. No momento seguinte, o Professor Schuch
0065. passou a palavra à Professora Céres para que procedesse o
0066. relatório do trabalho da Comissão. Manifestando-se, a
0067. seguir, a Professora Céres destacou que: a) no Instituto
0068. de Letras e Artes observou-se a necessidade de um docente
0069. para substituir o Professor José Edil, recentemente
0070. aposentado; b) no Instituto de Ciências Humanas
0071. observou-se a necessidade de professores para expansão do
0072. quadro da Unidade, de forma a possibilitar o afastamento
0073. de docentes, atualmente bastante envolvidos com
0074. atividades de ensino, na pesquisa e extensão, para
0075. Pós-Graduação; c) no Instituto de Física e Matemática,
0076. foi constatada a falta de professores para ministrar
0077. disciplinas do currículo do curso de Física, ainda não
0078. ofertadas em razão dessa deficiência; d) no Instituto de
0079. Sociologia e Política, a situação é semelhante à do
0080. Instituto de Ciências Humanas. Diante desse quadro
0081. concluiu, o parecer da Comissão é pela destinação da vaga
0082. ao Instituto de Física e Matemática, mais precisamente
0083. para o Curso de Física. Concluída a exposição, o Senhor
0084. Presidente colocou o assunto em discussão. Intervindo, o
0085. Professor José Rubens referiu-se a colocação que fizera
0086. em reunião do Conselho Universitário dando conta da
0087. existência de duas disciplinas do curso de História para
0088. as quais não havia professores, e que vinham sendo
0089. ministradas à título precário por docentes do Instituto
0090. de Sociologia e Política. O Professor também disse que,

28

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 20

em sua opinião, um dado relevante a ser considerado quando da distribuição de vagas, é o número de professores afastados para Pós-Graduação em cada Unidade e afastados para outros encargos. Relativamente a essa colocação, a Professora Céres destacou que esses dados foram igualmente considerados pelo Departamento de História possui um docente afastado para Pós-Graduação, enquanto que o Departamento de Física não possui nenhum professor afastado. Por sua vez, o Professor Eduardo interveio sugerindo como outro dado que poderia contribuir para a análise, a verificação, quando em situações idênticas, de qual Curso apresenta maior demanda, de qual área a comunidade gostaria de ver mais desenvolvida. Outras colocações ainda se sucederam, especialmente do Senhor Presidente que destacou a importância e o compromisso que a Universidade pública tem em formar professores, particularmente em áreas visivelmente carentes como é o caso da Física, na qual foi constatado a existência de somente três professores habilitados a lecioná-la, conforme pesquisa realizada em toda a região de Pelotas e adjacências. A disciplina de Física, no ensino de 2º grau, vem sendo ministrada por profissionais de outras áreas - concluiu. Encerrado o debate, o Senhor Presidente colocou em votação as alternativas de destinação da vaga, 1. Para a área de Física; 2. Para a área de Letras; 3. Para a área de História. Procedida a votação, verificou-se 5 (cinco) votos para a proposta 1; zero para a proposta 2; e uma abstenção quanto a alternativa 3. Face o resultado da votação foi aprovada a destinação da vaga para o Departamento de Física, do Instituto de Física e Matemática ratificando o parecer da Comissão. **Item 10. Outros Assuntos.** Neste item, o Senhor Presidente deu conhecimento da existência de dois Processos não constantes da pauta de competência da Comissão de Concursos para os quais solicitou a aquiescência dos presentes em apreciá-los. Foi relatora a Professora Céres. Processo nº 23110.001982/91-34 da Faculdade de Direito, indicando a Banca Examinadora, data e hora de realização do Concurso na área de Direito Internacional Público e Privado. Analisado o Processo, foi constatado impropriedade quanto a composição da Banca Examinadora, que foi indicada em desacordo com as normas de concurso para a classe de Professor Auxiliar. Face o impasse, o Senhor Presidente sugeriu que o assunto fosse verificado junto à Direção da Faculdade de Direito e aprovado "ad-referendum" pela Presidência do COCEPE, sendo posteriormente submetido a este Conselho. A proposta foi aprovada pelos presentes. Processo nº 23110.000248/92-20 da Faculdade de Direito, indicando a Banca, data, hora e local de realização do concurso para a área de Direito do Trabalho e Previdência Social. Da mesma forma que no Processo anterior, foi constatado inobservância das normas quanto a composição da Banca Examinadora, ficando o assunto para solução junto à Direção da Unidade, aprovação "ad-referendum" e posterior retorno ao COCEPE.

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 08/92. Fls. 21

1017. No momento seguinte, o Professor Schuch deu conhecimento
1018. ao COCEPE da argumentação que lhe fora trazida pelo
1019. Professor Renato Fleischmann - Vice-Diretor no exercício
1020. da Direção da Faculdade de Direito sobre o interesse de
1021. sua Unidade em contar com um professor especialista em
1022. Prática Forense o que, a princípio, fora rejeitado pelo
1023. COCEPE por não se configurar especificamente como uma
1024. área de conhecimento. Diante dessa justificativa, a
1025. solução encontrada para atender as duas partes e sugerida
1026. ao Professor foi a colocação da área Prática Forense
1027. identificando-a em Civil, Criminal e Trabalhista. Essa
1028. sugestão será discutida no Conselho Departamental da
1029. Faculdade de Direito e posteriormente trazida ao COCEPE.
1030. Continuando, o Senhor Presidente colocou a palavra à
1031. disposição dos presentes. Como a dela ninguém mais
1032. desejasse fazer uso, agradeceu o comparecimento de todos
1033. dando a sessão por encerrada. Do que, para constar, eu,
1034. *Leonor Lima de Faria*, Secretária dos
1035. Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após
1036. aprovada, será igualmente assinada pelo Senhor
1037. Presidente. x.

Schuch

1038. na carreira do magistério dentro do referido Conselho, contando com as seguintes
1039. seguintes conselheiros: Professores Antônio Veríssimo Corrêa, em substituição à
1040. Graduação e Assistência; Sérgio Roberto Martins, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
1041. Osório, Representante da área de Ciências Agrárias; Paulo Domingos Miêres Caruso,
1042. Representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia; Tânia Maria Pereira Vêlon,
1043. Representante da área de Ciências da Saúde e Biológicas; Maria de Lourdes Valente
1044. Alves, Representante da área de Letras e Artes; José Rubens Silveira Azevedo,
1045. Representante da área de Ciências Humanas e Sociais; Acadêmica Lusiane Luz da
1046. Lima, Representante discente. Não compareceram os Professores Luiz Henrique
1047. Schuch, Vice-Reitor da UFPA e Presidente do COCEPE, Ceres Maria Torres Bonatto,
1048. Representante do Conselho Universitário, ambos por se encontrarem temporariamente
1049. licenciados e mais o Acadêmico Enay Lafuente Pereira, Representante discente.
1050. Constatada a existência de quorum legal, o Professor Schuch, no exercício da
1051. Presidência, declarou aberta a sessão passando, de imediato, ao exame da ordem
1052. do dia. Item 1. *Apreciação da Ata 07/92.* Colocada em
1053. discussão foi solicitada retificação quanto ao que segue às fls. 07, linhas 344 onde lê-se
1054. "solicitando" deve-se ler "colocando" e às fls. 18, linhas 777 onde lê-se
1055. "tiverem" deve-se ler "tiveram". Não havendo mais nenhum
1056. reparo, o documento foi colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.
1057. Item 2. *Correspondência recebida.* Não havendo nada para relatar neste item deu-se
1058. sequência a pauta. Item 3. *Processos relatados pela Comissão de Concursos,* tendo como relatora a professora